



## EDITORIAL

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i61.17637

Apresentamos o número 61 (Edição de 2022/1) da Revista BARBARÓI, vinculada ao Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). A Revista BARBARÓI constitui um espaço editorial das Ciências Humanas e Sociais, das Ciências da Saúde e da Filosofia. Tem compromissos com a reflexão teórica e atualizada de temas de interesse que se cruzam nas áreas da Filosofia, da Psicologia, da Enfermagem, do Serviço Social, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, do Planejamento Urbano, da Demografia e do Desenvolvimento Regional. Nesse sentido, a BARBAROI promove o debate interdisciplinar, com intuito de contribuir para o desenvolvimento dos saberes, publicando resultados de pesquisas, ensaios, revisões bibliográficas, relatos de experiências, nas áreas de conhecimento indicadas.

Nesta sexagésima primeira edição colaboraram pesquisadores de diferentes áreas de saber. São doze artigos que apresentam análises e reflexões de autores/as vinculados/as às áreas da educação, da sociologia, da ciência política, da psicologia, do serviço social e da saúde.

O artigo que abre o número tem como título *Democracia e Neoliberalismo: avanços e retrocessos no processo de consolidação da cidadania* e a autoria de **Maria Aparecida Milanez Cavalcante, Jairo de Carvalho Guimarães e Solange Maria Teixeira**. Os autores propõem uma discussão crítica da democracia liberal enquanto direito político e sua relação com os contextos de dois momentos do neoliberalismo (ortodoxo e heterodoxo), evidenciando as disputas de significados em torno dos mecanismos democráticos no embate entre as forças sociais populares e as forças do neoliberalismo. Segundo os autores, o neoliberalismo promove uma participação que se apresenta mais como representação de interesses particulares. Mesmo com as inflexões causadas pela ampliação de mecanismos de participação, ainda é necessário avançar em termos de uma participação mais autônoma do

sujeito coletivo, na relação sociedade-Estado, de modo que os arranjos deliberativos (instrumentos legítimos que buscam viabilizar a demarcação de territórios como formas ampliadas de participação do corpo coletivo) sejam capazes de propiciar que interesses distintos possam argumentar sobre suas posições.

Na sequência, **Elucleia Oliveira Balieiro**, em *Gestão Participativa Democrática: impasses, conquistas e desafios*, analisa o processo de efetivação da condução democrática da gestão pública municipal, colocando em questão a materialização da gestão participativa democrática assegurada legalmente. Tomando como referência empírica a cidade de Espinosa, no estado de Minas Gerais, a autora argumenta que a instituição de mecanismos que viabilizam a participação e o controle social da gestão pública são importantes, mas, no entanto, precisam ser apropriados e fortalecidos pela participação ativa da sociedade civil.

Em *O Papel do FIES e do PROUNI na Privatização, Mercantilização e Financeirização da Educação Superior Brasileira*, **Tatiane Salet Mattei** e **Zelimar Soares Bidarra** argumentam que o FIES e o PROUNI, a despeito de se apresentarem como programas comprometidos com as alternativas de inclusão social, são determinantes para as relações de privatização, de mercantilização e de financeirização do ensino superior no Brasil. A partir dessa constatação, as autoras propõem uma abordagem crítica dessas relações, através de uma pesquisa documental e bibliográfica, ressaltando a preocupação com a regulamentação do setor, com a priorização da educação pela via privada, com as implicações dos programas e das transformações estruturais para as instituições públicas e para a qualidade do ensino superior.

**Cristina Aparecida Pimenta dos Santos Ângelo**, **Mário Luiz de Souza** e **Dyego de Oliveira Arruda**, em *Dilemas e Desafios em Torno da Inclusão de Pessoas Negras a partir das Cotas Raciais em Concursos Públicos*, analisam os dilemas e os desafios em torno da inclusão (ou não) de pessoas negras na esfera do serviço público, tendo como pano de fundo as implicações da lei nº 12.990/2014, uma política de ação afirmativa que determinou a reserva de vagas a negros/as nos concursos para a admissão de trabalhadores/as na administração pública. Os autores argumentam que, apesar de as cotas raciais terem feito com que mais negros/as acessem o espaço do serviço público, ainda assim não se verifica, na prática, a plena inclusão dos/as trabalhadores/as negros/as cotistas. Para os autores, isso se deve, principalmente, ao fato de que pessoas negras: (a) normalmente são vistas nos cargos menos prestigiados e mais extenuantes; (b) sofrem com o excesso de cobrança no desempenho de suas funções; (c) não são reconhecidas como servidores/as dignos de mérito e

respeito por ocuparem uma função pública e; (d) são impelidas a negarem elementos de sua negritude como “tática” para que sejam mais aceitos e respeitados no ambiente laboral (aspecto esse que é especialmente sensível para as servidoras públicas negras).

Em *Agricultura no Brasil em Tempos de Expansão e Monopolização do Território pelo Agronegócio*, **Conceição de Maria Sousa Batista Costa** e **Masilene Rocha Viana** evidenciam os avanços e as permanências da agricultura no Brasil que, a partir da modernização conservadora, desembocaram (na atualidade) na ampla projeção da economia do agronegócio. Para as autoras, a expansão do agronegócio forja uma agricultura ultra modernizada para produção em larga escala de *commodities*, destinada à exportação e assentada na velha concentração da propriedade fundiária. Nessa dinâmica, indicam, as classes subalternizadas colhem os efeitos deletérios da monopolização do território pelo capital, muitas vezes tensionando e resistindo, outras subsumindo-se ou adaptando-se ao mercado, até por força das necessidades impostas pela pobreza no campo.

Na sequência, **Alexandre Adalberto Pereira**, **Ana Karem Brito Oliveira** e **Andressa Costa dos Santos**, em *Gênero e Sexualidade: reflexões para a descolonização de processos opressivos*, apresentam reflexões teóricas que apontam para possibilidades de expressar identidades sexuais e de gênero em diversos espaços de sociabilidade, considerando os fatores relacionados à sublevação dos pensamentos conservadores. Para os autores, os discursos conservadores no campo da sexualidade e de gênero expressam um movimento político e social que faz uso dos recursos da linguagem para encenar processos de exclusão, que potencializam a eliminação física do outro em sua diferença. Ao mesmo tempo, os autores desenvolvem uma discussão acerca do protagonismo da mulher professora e filósofa, discorrendo a respeito da *decolonialidade* como uma epistemologia que defende a retomada da representatividade, no campo do *ser*, do *saber* e do *poder*, de grupos que foram, através de um processo eurocêntrico/moderno de colonização, oprimidos, marginalizados e inferiorizados.

Em *Ser Mulher: estratégias de sobrevivência à importunação sexual*, **Daniela Luana Klement** e **Amanda Castro** apresentam os resultados de uma pesquisa planejada com o objetivo de compreender quais as estratégias utilizadas por mulheres (entre 18 e 30 anos) diante da ocorrência da importunação sexual. Os resultados da pesquisa confirmaram a hipótese inicialmente apresentada, segundo a qual as mulheres, após sofrerem importunações sexuais, passam a utilizar estratégias de sobrevivência, buscando amenizar o efeito destes abusos em suas vidas. Nessa direção, inclusive, a pesquisa identificou que as estratégias mais

utilizadas pelas mulheres são as estratégias de evitação, cooperativas, de atenção e de planejamento.

**Bruna Benício Rodrigues** e **Sandro Caramaschi**, em *Autoestima e Intenções Sexuais de Usuários de Aplicativos de Relacionamento*, apresentam os dados de uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar o nível de autoestima, conservadorismo e liberalismo sexual de usuários de aplicativos de relacionamento. A partir de um levantamento realizado com 210 estudantes universitários, a pesquisa revelou que o nível de autoestima é semelhante entre os sexos. No entanto, os homens pontuaram mais no quesito liberalismo sexual, sendo mais irrestritos sexualmente e mais propensos a se envolverem em sexo casual a partir dos aplicativos de relacionamentos; enquanto as mulheres se mostraram mais “conservadoras”. Para os autores, o liberalismo sexual masculino pode estar associado ao sentimento de vazio quando relacionado às relações virtuais.

Em *Entre Documentos, Genealogias e a Construção de Histórias Outras com os Estudos Decoloniais*, **Flávia Cristina Silveira Lemos** apresenta algumas pistas a respeito da pesquisa documental, histórica e genealógica com os estudos decoloniais. Tomando como exemplo de análise os arquivos do Fundo das Nações Unidas (UNICEF), a autora aponta como as demarcações de gênero são usadas de modo enviesado, especialmente na construção destes documentos a respeito das mulheres como mães voltadas para a maternidade. Para a autora, é possível afirmar que os documentos do UNICEF estão atravessados por preconceitos da colonialidade de gênero e forjam efeitos na formação de trabalhadores sociais pautados em discriminações e estereótipos.

**José Edson Martins**, em *Produção de Conhecimentos no Serviço Social: uma análise dos problemas de pesquisa*, apresenta um estudo bibliométrico que objetivou identificar e descrever as principais os problemas de pesquisa presentes em artigos científicos publicados por assistentes sociais, em revistas científicas vinculadas à área do Serviço Social (A1 e A2), no período entre 2017 e 2019. O autor considerou 332 artigos, nos quais encontrou uma definição clara de problema de pesquisa em apenas 15,06%. Essa constatação leva o autor a concluir que, apesar da ampliação de cursos de Pós-Graduação (stricto sensu) em Serviço Social, ainda se observa um desafio grande na apresentação dos resultados científicos dessa expansão, em especial no que diz respeito à identificação das problemáticas que orientam dissertações e teses.

Em *A Lógica das Redes, Modos de Atenção e Práticas de Cuidado em Saúde com Usuários de Álcool e Outras Drogas*, **Evelin Helena Torrel** e **Moises Romanini** mapeiam e analisam as práticas de cuidado, desenvolvidas através das equipes que atuam nos serviços públicos, voltadas às pessoas que usam álcool e outras drogas na cidade de Santa Cruz do Sul. Ao identificarem e analisarem essas práticas de cuidado, os autores tematizam os desafios, as articulações entre os serviços e as perspectivas que orientam a atuação de profissionais nas equipes de saúde comprometidas com pessoas que usam álcool e outras drogas.

Por fim, **Francisco Luciano Teixeira Filho**, em *Como a Vida Produz a Política? uma leitura sistêmica de Maturana e Varela sobre a sociedade*, apresenta o conceito de sociedade em Maturana e Varela, propondo uma discussão da necessidade do Estado como garantidor da sociedade. Ao identificar como Maturana e Varela entendem o homem como organismo autopoietico, dotado de uma enorme capacidade de acoplamento com o meio, o autor evidencia que o fundamento da espécie humana é o amor, entendido como a aceitação mútua entre os indivíduos em convivência. Pode-se perceber a partir disso, enfatiza o autor, que a sociabilidade, favorecida pelo amor, é condição indispensável para o humano, de onde se conclui que o Estado (entendido como entidade política externa e governante da sociedade) não é necessário para o surgimento e para a manutenção da sociedade política, já que o estado inicial da espécie humana não é o de guerra, mas baseada na aceitação do outro como legítimo na convivência.

Destaque-se, também, que ao final deste número publicamos uma resenha científica, elaborada pelo doutorando em Desenvolvimento Regional **Carlos Stavizki Junior**, sobre o livro *A atualidade de Gramsci – odeio os indiferentes: escritos de 1917*.

Terminamos agradecendo a todos os autores e todas as autoras pela contribuição à Revista BARBARÓI, bem como aos pareceristas e às pareceristas que, sempre de forma generosa, dedicaram tempo em seus trabalhos para a leitura e a avaliação dos artigos. Muito obrigado a todos e a todas.

Reiteramos que a BARBARÓI, a partir de 2021, ainda que vinculada a uma nova unidade acadêmica da UNISC, manteve suas diretrizes de publicação, bem como suas áreas de preferência. E assim deverá seguir. Portanto, continuaremos com a editoração de uma Revista comprometida com a socialização de pesquisas, de reflexões, de estudos nas áreas da Filosofia, da Saúde, da Psicologia, do Serviço Social, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, do Planejamento Urbano, da Demografia, do Desenvolvimento Regional.

E fica o convite, sempre, para que acompanhem nossas publicações e para que continuem colaborando com nossas propostas de editoração. Muito obrigado a todos e a todas e uma boa leitura.

Marco André Cadoná

Editor da BARBARÓI